



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

JOÃO PAULO DA SILVA OLIVEIRA

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NA
ESCOLA REGULAR

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

JOÃO PAULO DA SILVA OLIVEIRA

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NA
ESCOLA REGULAR

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Valença do Piauí.

Orientadora: Prof^a. Dra. Evânia Carvalho dos
Santos.

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR

João Paulo da Silva Oliveira¹
Evânia Carvalho dos Santos²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é constituída por um grupo vulnerável que está sob risco de exclusão social, econômica e laboral. No caso das pessoas com deficiências esse risco de exclusão é ainda maior. A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular tem sido um dos principais pontos de discussão no âmbito educacional. Esse tema possui maior relevância quando se trata da EJA com deficiência porque toca na problemática da igualdade de oportunidades. Portanto, pensar na educação de jovens e adultos com deficiência é priorizar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que busque atender a todos, sem discriminação. Este trabalho buscou compreender os desafios da Educação Inclusiva de Jovens e Adultos com deficiência na rede regular de ensino. Para tal, foi feita uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, buscando artigos em português no período de 2018 a 2023. Conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência ainda é uma meta a ser alcançada pelas escolas regulares, já que não oferecem toda a estrutura necessária para que a inclusão ocorra de fato.

Palavras-chave: inclusão; escola regular; desafios; jovens; deficiência.

ABSTRACT

Youth and Adult Education is made up of a vulnerable group that is at risk of social, economic and labor exclusion, and in the case of people with disabilities this risk of exclusion is even greater. The inclusion of students with disabilities in mainstream education has been one of the main points of discussion in the educational sphere. This issue is all the more relevant when it comes to the education of young people and adults with disabilities because it deals with the problem of equal opportunities. Therefore, thinking about the education of young people and adults means prioritizing the construction of a fairer and more equal society that seeks to serve everyone without discrimination. This paper aims to understand the challenges of inclusive education for young people and adults with disabilities in the mainstream school system. To this end, a qualitative literature review was carried out, looking for articles in Portuguese from 2018 to 2023. In this way, it is hoped to promote reflection on the challenges that EJA students with disabilities face in regular public school education.

Keywords: inclusion; regular school; challenges; young people; disability.

¹ Graduado em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Piauí. Email: joaobiologo8@gmail.com.

² Doutora em Engenharia e Ciências dos Materiais, Departamento de Formação de Professores, Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI. E-mail: evania@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4992-0038>.

1 INTRODUÇÃO

A EJA é uma forma de ensino no Brasil que tem o objetivo de desenvolver a educação básica com qualidade, para as pessoas que não se encontram mais em idade escolar dos 4 aos 17 anos e que por alguma razão não tiveram oportunidade de estudar (SILVA, 2023). De acordo com Sasaki (1998), a inclusão escolar pode ser entendida como um processo de modificação da escola tradicional, com o objetivo de acolher todos os alunos de maneira incondicional e proporcionar uma educação de qualidade.

A educação inclusiva, frequentemente associada à inclusão de alunos com deficiências no ensino básico, na verdade, abrange um espectro mais amplo. Ela também é aplicável à Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que permite às pessoas que não tiveram acesso à educação no tempo adequado concluir seus estudos (ALVES; SILVA, 2021). De acordo com Carvalho (2014), a inclusão não acontece apenas por estar na moda ou garantida pela lei.

Esse tema passa a ter maior relevância quando se trata da inclusão de jovens e adultos com deficiência na escola regular, pois traz em seu bojo a problemática da igualdade de oportunidades educacionais no contexto social da atualidade, que exige escolas inclusivas para todos (HOLANDA; PEREIRA; FERREIRA, 2021)

Então, para Ferreira (2009) e Carvalho (2014), a inclusão de pessoas com deficiência na EJA deve ser bem planejada, porque a maioria das práticas escolares favorecem a exclusão do aluno. Desse modo, como os outros alunos da EJA, o aluno com deficiência procura nesta modalidade de ensino a oportunidade de aprender os conhecimentos básicos que o permitam entrar no mundo do trabalho. Assim, para que o aluno possa estar incluído numa turma comum, deve-se criar meios que proporcionem a ele se unir de maneira emocional e educacional com seus colegas e professores.

Desse modo, quando se fala na educação de jovens e adultos (EJA) privilegia-se a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que procure atender a todos, sem discriminação. Para esta modalidade de ensino, possuímos ainda mais um desafio, incluir os jovens e adultos com deficiências no âmbito educacional, preparando estes para assumir seus papéis na sociedade.

A inclusão desses indivíduos na escola, respeitando suas características individuais e permitindo que participem ativamente na construção de seu próprio conhecimento, promove seu desenvolvimento e estimula a busca pelo saber. A inclusão dos jovens e adultos com deficiência precisa de um novo olhar sobre a maneira da EJA, reavaliando conceitos e práticas pedagógicas no modo de atender também este público que tem direitos garantidos por lei e necessita de atendimento (JESUS, 2020). Assim, podemos fazer o seguinte questionamento: Quais os desafios da Educação Inclusiva de Jovens e Adultos com deficiência na escola regular? Conforme Ferreira (2009), jovens e adultos com deficiência formam uma ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram chance de estudar na idade apropriada. Além disso, para Aguiar *et al.* (2009) nos países pobres a maioria das pessoas com deficiência estão escondidas, são invisíveis na escola e sociedade, sendo privados da aprendizagem formal. Pesquisas sobre a temática são necessárias, pois os alunos da EJA com deficiência são inseridos na Educação Básica, na maioria das vezes, sem as condições adequadas que garantam a inclusão escolar (PAIVA, 2022).

O objetivo deste trabalho foi compreender os desafios da Educação Inclusiva de Jovens e Adultos na escola regular. O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes plataformas Scielo, e Google acadêmico, utilizando os seguintes descritores: Jovens e Adultos com deficiência na escola; desafios dos jovens e adultos com deficiência na rede regular de ensino; o ensino de jovens e adultos com deficiência.

2 ESTRUTURA DO TEXTO

2.1 JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), nos artigos 58 e 59, nos diz que a educação para educando com necessidades especiais deverá ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, contando com um serviço de apoio especializado na escola regular quando houver necessidade, também garantindo a adequação curricular e metodológica para o atendimento desses educandos.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular tem sido um dos principais pontos de discussão no âmbito educacional. Tais discussões visam refletir acerca das demandas de um aluno que apresenta especificidades e possui o direito ao acesso e à permanência na escola comum (FREITAS; CAMPOS, 2014). Relações entre sociedade e desenvolvimento econômico determinam a concepção de educação escolar e o papel que ela deve cumprir perante a sociedade. Assim, para aqueles que foram considerados economicamente pouco (ou nada) produtivos, as políticas públicas educacionais tradicionalmente estavam em segundo plano. Neste grupo, destacam-se indivíduos que não acessaram a escola na idade própria entre os 4 e 17 anos e aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Ambos os grupos foram excluídos do sistema escolar, tanto no que diz respeito ao acesso quanto à permanência na escola (DIAS, 2017).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), as modalidades de educação de jovens e adultos (EJA) e de educação profissional apresentam-se como maneiras de ampliar as oportunidades de escolarização e formação para inclusão no mundo do trabalho, para uma concreta participação social das pessoas com deficiência.

2.1.1 Histórico da educação de jovens e adultos

A partir da década 1960, contexto onde grande parte da população de jovens e adultos não podiam exercer sua cidadania plena por serem analfabetos, sem direito a participar das eleições, numa tentativa de ampliar o direito à educação para toda população visando a transformação que se almeja na sociedade brasileira, que se busque condições de vida digna para todos, o que exige mudanças profundas da sociedade e da ação do Estado (MARQUES, 2018).

Na década de 1960, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). O convite foi feito pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos. "Aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos orientado pela proposta de Freire previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, que alfabetizava 2 (dois) milhões de pessoas" (EUGÊNIO 2004, p. 42-43).

Em 1964, com a aprovação do PNAA, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.

No ano de 1967, o governo assume o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o MOBRL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, espalhando-se por todo o país, abrangendo a sua área de atuação. A partir de 1970, a educação de adultos passou a ser realizada em uma perspectiva de suplência da educação formal, na qual a maior expressão foi o MOBRL, sendo criado em 1967 com o objetivo de acabar com analfabetismo no país (MARQUES, 2018; XAVIER, 2019).

Em 1971 no Brasil, ocorreu a regulamentação do Ensino Supletivo pela lei nº 5.692, com o objetivo de contemplar os jovens e adultos, com aperfeiçoamento e qualificação. Esse ensino supletivo, visa dar uma segunda chance para aqueles que desejam retomar os estudos e preparar uma mão de obra para contribuir com o desenvolvimento do país. Segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

Somente a partir dos anos 80 que foi implantada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Fundação Educar, unida ao Ministério da Educação, que oferecia apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes (VIEIRA, 2004). Então, em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº. 9.394/96), que nos traz o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996).

2.1.2 Perfil do estudante com deficiência

A EJA é uma modalidade prevista na LDB 9394/96, destinada àqueles que não obtiveram acesso na idade regular ao ensino, sendo o acesso ao ensino médio a partir dos 18 anos de idade (BRASIL, 2010). E de acordo com Brasil (2015) considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Quando se fala em educação inclusiva a inclusão de alunos que possuem alguma deficiência no ensino básico que é um grande desafio para se trabalhar, mas ao analisar pode-se perceber que a inclusão. Embora a inclusão não seja o foco principal, ela ainda é um componente importante da EJA. Portanto, a EJA vai além do escopo da Educação Básica, proporcionando uma segunda chance para aqueles que precisam completar sua educação (ALVES; SILVA, 2021).

Parte da população brasileira considerada analfabeta é formada por jovens e adultos com deficiência, que não tiveram oportunidade de acesso à educação escolar em idade própria que vai dos 4 aos 17 anos de idade ou a tiveram, mas de forma a não atingir os objetivos mínimos exigidos para a conclusão (LIMA, 2015). De acordo com o IBGE (2003) no Brasil segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6%, cerca de 11 milhões de analfabetos.

2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR

A Educação de Jovens e Adultos é constituída por um grupo vulnerável que está sob risco de exclusão social, econômica e laboral, no caso das pessoas com deficiências esse risco de exclusão é ainda maior. Nas duas últimas décadas, a legislação brasileira criou diversas leis que preveem o direito social, econômico e laboral, também a intersectorialização no âmbito da saúde e da educação, que não saíram do papel (ARAÚJO, 2021).

A inclusão educacional tem ocupado significativo espaço de reflexões em todo o mundo, particularmente a partir da década de 90. Deve ser entendida como princípio (um valor) e como processo contínuo e permanente. Não deve ser concebida como um preceito administrativo, dado a priori, que leva a estabelecer datas, a partir das quais as escolas passam a ter o estado de inclusivas, em obediência à hierarquia do poder ou a pressões ideológicas (CARVALHO, 2005).

De acordo com Rodrigues (2015) a inserção de alunos especiais em salas regulares é lei, contando com documentos que visam a formação inicial e continuada de professores, além de uma série de mudanças necessárias para a inclusão que abrange o espaço físico, além de materiais para uso em sala de aula. Todavia, o que se encontra nas escolas são diretores fazendo a matrícula do aluno especial acreditando que está fazendo a inclusão, além de professores sem preparo. Assim, as escolas são obrigadas a fazer a inclusão sem o preparo necessário para que ela ocorra.

De acordo com Mazzotta (2011), Silva (2010) e Oliveira (2011), na década de 70, houve uma evolução na educação de pessoa com deficiência, então foi nessa época que as escolas regulares passaram a aceitar os alunos com deficiência nas classes comuns ou especiais da escola regular. Como também, o acesso ao ensino público e de qualidade é um direito de todos, realizando a inclusão do educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Para Siems (2012) e Arroyo (2017) as pessoas com deficiência são consideradas como um dos últimos grupos que chegam à EJA, mesmo que a presença das pessoas com deficiência já era esperada, já que acontece em todas as outras modalidades da educação. Ferreira (2009), mostra que na EJA o modelo social e curricular da deficiência deveria orientar o docente no processo de ensinar, com obstáculos que ainda devem ser vencidos para que ocorra a inclusão.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho é uma revisão bibliográfica com natureza de dados qualitativa. De acordo com Martins e Theóphilo (2016) a pesquisa bibliográfica busca discutir e explicar um determinado assunto, utilizando referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais e congressos, etc. Além de ser um excelente meio de formação científica. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007).

Conforme Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica não é a repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas permite a observação de um tema levando a novas conclusões.

3.1. Instrumentos de coleta de dados

Para a realização desse trabalho foram utilizados artigos científicos em português. O levantamento de dados foi realizado nas seguintes plataformas Scielo (scielo.br) e Google acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), entre o espaço temporal de 2009 a 2023, utilizando os seguintes descritores: Jovens e Adultos com deficiência na escola; desafios dos jovens e adultos com deficiência na rede regular de ensino; o ensino de jovens e adultos com deficiência. Analisados por meio de leitura seletiva 5 estudos foram selecionados, utilizando somente as informações que podem contribuir sobre o problema.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

De acordo com Mazzotta (2011), Silva (2010) e Oliveira (2011), na década de 70, houve uma evolução na educação de pessoa com deficiência, então nessa época que as escolas regulares passaram a aceitar os alunos com deficiência nas classes comuns ou especiais da escola regular. Desse modo, o acesso ao ensino público e de qualidade é um direito de todos, realizando a inclusão do educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Para Siems (2012) e Arroyo (2017) as pessoas com deficiência são consideradas como um dos últimos grupos que chegam a EJA, mesmo sendo que a presença das pessoas com deficiência

já era esperada, já que acontece em todos os outros grupos populacionais. Ferreira (2009) mostra que na EJA o modelo social e curricular da deficiência deveria orientar o docente no processo de ensinar, com obstáculos que ainda devem ser vencidos para que ocorra a inclusão. No estudo de Fantacini e Campos (2017) trabalhando com alunos que possuem deficiência intelectual aponta os principais desafios que são encontrados por alunos com deficiência na EJA, tais como falta de pessoas capacitadas, falta de recursos na escola, falta de interesse da escola (gestão), falta de acessibilidade (estrutura da escola), falta de acolhimento por parte de alguns professores. Quando o aluno se matricula na escola, alguns buscam um senso de igualdade em uma sociedade onde se sentem em desvantagem (CRUZ, MORAES, FERREIRA, 2022).

No estudo de Holanda, Pereira e Ferreira (2021) sobre a inclusão de jovens e adultos com deficiência em uma escola do Ceará, mostrou em uma entrevista com professores que para inclusão desses jovens é necessário uma série de mudanças com destaque para a disponibilização de recursos econômicos e investimentos no processo de formação de professores. Além da relação arquitetônica e urbanística das áreas de acesso à escola são voltadas para o aluno cadeirante, sendo que as outras deficiências não são amplamente atendidas. Além disso, os administradores dessas instituições estão passando por uma fase de transição intensa, que demanda a superação de inúmeros obstáculos, que podemos destacar a inclusão de jovens e adultos com deficiência.

Além disso, no processo de inclusão de alunos com deficiência a falta de formação de professores é um desafio, como evidencia o estudo de Tassinari (2019) o despreparo dos professores dessa modalidade, em que para a autora o professor é peça chave no processo de inclusão, porque o professor poderá influenciar o aprendizado do aluno com deficiência. Sendo que encontramos pessoas com diferenças, para lidar com essa diversidade, Araújo (2018) destacou uma deficiência em programas de formação inicial e continuada de professores, especialmente quando se trata de jovens e adultos com deficiências. Ao analisar os resultados apresentados por Tassinari (2019) notamos que ela enfatiza a falta de conhecimento e preparação dos professores para implementar uma prática inclusiva. Pois como a autora afirma, se queremos construir uma escola diversificada e inclusiva, é necessário romper com uma formação padronizada de uma prática pedagógica excludente. Assim, a formação docente é de suma importância para a superação dos desafios encontrados no processo de efetivação da inclusão.

A partir das observações apresentadas no decorrer deste estudo, admite-se que vários são os obstáculos à inclusão de pessoas deficientes na EJA. Mas, novos caminhos podem ser traçados, a partir de uma atuação conjunta de todos que formam a educação nesse país seja de maneira direta ou indireta. Logo, de acordo com Tassinari (2019), para o desenvolvimento de uma escola que acolhe a diversidade e promove a inclusão, é crucial o compromisso da sociedade e da instituição de ensino com o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos, independentemente de terem ou não deficiência.

5 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo podemos observar que está ocorrendo mudanças na Educação de Jovens e Adultos com deficiência e os desafios encontrados nessa modalidade para os alunos com deficiência. Diante disso, é preciso refletir sobre a inclusão de jovens e adultos com deficiência na escola regular para que ela ocorra de maneira independente da deficiência de cada aluno. Portanto, é crucial a realização de mais pesquisas no campo, dado que alunos com deficiência estão sendo integrados ao ensino básico sem a devida inclusão. Então, para que se possa aprender e compreender melhor o aspecto da inclusão de jovens e adultos com deficiência na escola regular deve-se pensar na inclusão de pessoas com deficiência, muito além de o aluno estar na sala

regular, outras coisas devem ser levadas em consideração como barreiras físicas, materiais didáticos, formação de professores, entre outras que envolvem o dia a dia da escola regular.

Conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência ainda é uma meta a ser alcançada pelas escolas regulares, já que não oferecem toda a estrutura necessária para que a inclusão ocorra de fato, além de ser necessário que os profissionais sejam capacitados e tenham boas condições de trabalho para que possam promover a inclusão sem qualquer forma de discriminação. Ao pensar na inclusão de jovens e adultos com deficiência espera-se que com esse artigo deixar um incentivo à academia a realizar novos debates e pesquisas sobre o tema, devido a sua relevância social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Ângela. *et al* (org). Educação de jovens e adultos: o que dizem as pesquisas. Recife- PE: UFPE-MEC/SECAD, 2009. ALVES, Milena Brito; DA SILVA, Sileide Mendes. A inclusão do aluno com deficiência visual na modalidade de ensino educação de jovens e adultos. **Anais do IV CINTEDI 2021. Campina Grande: Realize Editora, 2021.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81712>>. Acesso em: 20, out. 2023

ARAÚJO, Maria A. F. P. De. **Percepções docentes sobre a inclusão de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: (Im) possibilidades no âmbito da formação continuada.** 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, Universidade do Estado da Bahia, 2018.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA:** itinerários pelo direito a uma vida justa. Editora Vozes Limitadas, 2017.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista Odontologia Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, set./dez. 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 5692, 11 de agosto de 1971.** Brasília, Ministério da Educação, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Boletim 21. MEC, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar-A Escola Comum Inclusiva.** Brasília, DF, 2010. 52 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. 15 p.

CABRAL, Rosângela Martins; BIANCHINI, Luciane Guimaraes Batistella; GONÇALVES,

Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Educação especial e educação de jovens e adultos: uma interface em construção?. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 587–602, 2018. DOI: 10.5902/1984686X30841. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30841>. Acesso em: 21 out. 2023.

CAIADO, Katia Regina Moreno; ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. **Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama**: apoios e atendimentos durante a trajetória escolar. *Prática Pedagógica na Educação Especial*. Araraquara: Junqueira Marin/Capes, p. 235 – 252, 2013.

CARVALHO, Edler Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10 ed. Porto Alegre: ed. Mediação, 2014.

CARVALHO, Edler Rosita. Educação inclusiva: do que estamos falando?. **Revista educação especial**, n. 26, p. 19-30, dez. 2005.

CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier; DE MORAES, Warley Abelha; FERREIRA, Eduardo Rodrigues. A educação de jovens e adultos (EJA) e a educação especial: os desafios do ensino plural, entre integração, inclusão e direitos. **Cadernos do Leste**, v. 22, n. 22, dez. 2022.

SILVA, Maria do Socorro Leal. **A evasão de alunos nas turmas da EJA: uma educação de qualidade em escolas públicas municipais da cidade de presidente figueiredo no estado do Amazonas-brasil**. Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA, v. 1, n. 1, p. 1-82, 2023.

SILVA, Aline Maria. **Educação especial e inclusão escolar**: histórias e fundamentos. Editora IBPEX, 2010.

DE ARAÚJO, Charlton Wilton Vasconcelos. Educação de jovens e adultos na perspectiva da educação inclusiva/especial: o que ensinar e para quê ensinar? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 136- 155, jun. 2021.

DE OLIVEIRA, Jucélia Brasil Gomes. A perspectiva da inclusão escolar da pessoas com deficiência no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, n. 6, p. 4, mar. 2011.

FREITAS, Mariele Angélica de Souza; CAMPOS, Juliane Ap de Paula Perez. Interface entre a EJA e Educação Especial: O professor e a inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, p. 85- 85, jun. 2014.

HOLANDA, Gerda Souza; PEREIRA, Marcelino Arménio Martins; FERREIRA, Sónia Cristina Mairos. Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-23, jun. 2021.

DIAS, Lilian Tavares. A inclusão de jovens e adultos com deficiência no sistema escolar da cidade de São Paulo: a relevância dos centros integrados de educação de jovens e adultos–cieja. **Revista Sinergia**, v. 18, n. 2, p. 110-114, dez. 2017.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. O currículo na educação de jovens e adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 195-196, jun. 2008.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Conclusão da escolaridade de alunos com deficiência intelectual matriculados na educação de jovens e adultos/Education completion of students with intellectual disabilities attending youth and adult education. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 2, p. 317-330, 2017.

FERREIRA, Windyz B. EJA e Deficiência: estudo sobre a oferta a modalidade EJA para estudantes com deficiência. In AGUIAR, Márcia Angela. (Org.) **Educação de Jovens e Adultos: O que dizem as pesquisas?** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD: Universidade Federal de Pernambuco/Coordenação de Educação a Distância. 2009.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: do direito conquistado à luta por sua efetivação.** 2010. 202 p. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: USP, 2010.

HADDAD, Sergio., DI PIERRO, Maria Clara. **Aprendizagem de Jovens e Adultos: avaliação da década da educação para todos.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2000.

DE SOUZA HOLANDA, Gerda; PEREIRA, Marcelino Arménio Martins; FERREIRA, Sônia Cristina Mairos. Inclusão escolar de jovens e adultos com deficiência: vivências e possibilidades na escola pública. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.14, n.3, p. 394-417, dez.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JESUS, Edmar Alves de. **A inclusão de pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos e a utilização tecnologias.** p.20, 2020.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

LIMA, Fabiana de Oliveira. **Experiências inclusivas na educação de jovens e adultos em um município do interior paulista.** 2015. 110p. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

MARQUES, Poliane de Oliveira. **História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões.** 2018.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLINA, M. C. A. **Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**, 2003, 146s. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PAIVA, Gabriel Xavier de. **Desafio docente na inclusão dos alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em período de pandemia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RODRIGUES, Thiago Donda. **Educação matemática inclusiva. Interfaces da educação**, v. 1, n. 3, p. 84-92, dez. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento. v. 39, p. 45-47, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em foco**, v. 16, n. 2, p. 61-79, fev. 2011.

TASSINARI, Ana Maria. **Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual**. 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Brasília, DF: UnB, CEAD, 2004.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil-inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.